

ECONOMIA

Com apoio de Guedes, relator do IR reduz carga tributária de empresas

Imposto de Renda perderá R\$ 172 bilhões em dois anos

Mudanças atendem pressões das grandes companhias, mas alarma Receita, que cobra medidas compensatórias

PALAVRA DO EDITOR

Como já era esperado, a reforma do IR já sofreu profunda transformação apenas no texto do relator. O presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL), prevê que a proposta vai ser votada logo, com mudanças.

DE BRASÍLIA

Após pressão de lideranças empresariais, o relator do projeto que modifica o Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), apresentou ontem parecer prevendo queda acelerada no tributo pago por empresas e mudanças que favorecem grandes companhias.

As alterações, que tiveram o apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes, reduzem em R\$ 30 bilhões a carga tributária (todos os impostos) em 2023. Mas acendem uma luz amarela por conta do impacto desse rombo - que não será coberto com medidas compensatórias - nas contas do governo, num quadro de deficits sucessivos desde 2014 e dívida pública próxima de 100% do Produto Interno Bruto (PIB).

Se a versão original tinha desagradado os "liberais" da equipe de Guedes por pesar sobre o setor produtivo, agora foi a vez de a ala "fiscalista" ficar alarmada

com a redução "certa" na arrecadação

Sabino reduziu a alíquota do IR para empresas com lucro mensal acima de R\$ 20 mil à metade, de 25% para 12,5%, em duas etapas. A medida foi para afastar as resistências do empresário à volta da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos, forma de remuneração dos acionistas pelo capital investido nas empresas,

Para as demais, a redução será de 15% para 2,5%, também em duas fases: primeiro para 5%, em 2022, e depois para 2,5%, em 2023.

O parecer promove, na prática, uma reviravolta no projeto enviado pelo governo, ao quebrar o acerto original de manter a reforma neutra - sem perda ou queda de arrecadação.

No projeto original, a queda prevista do IRPJ era de cinco pontos percentuais em duas etapas, metade em 2022 e o restante no ano seguinte. Esse movimento foi considerado tímido e insuficiente para fazer frente à volta da taxa de lucros e dividendos.

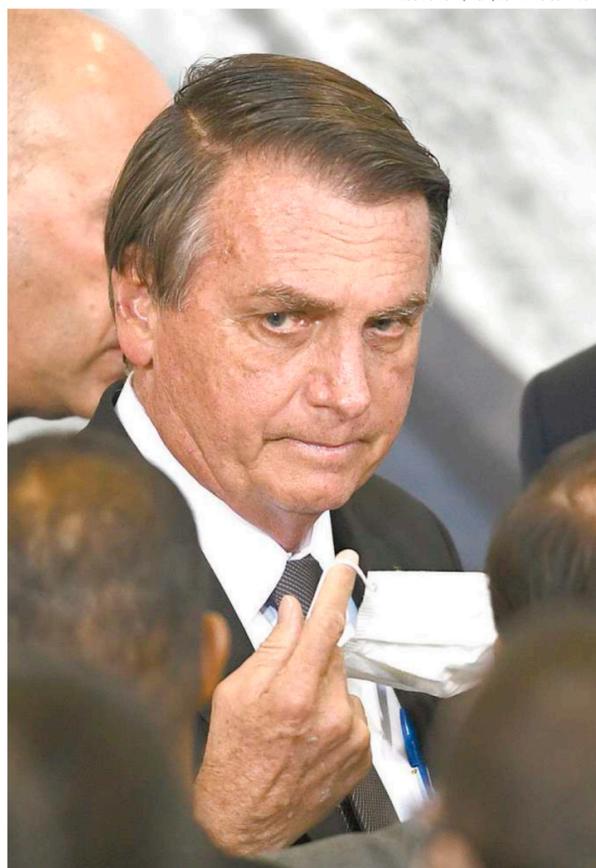
LUCROS E DIVIDENDOS

O relatório manteve a taxa de 20% na distribuição de lucros e dividendos, isentos no Brasil desde 1996. Mas abre uma exceção quando a distribuição for

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

MATEUS BONONI/AGIF/ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a medida provisória que viabiliza a privatização da Eletrobras. A venda está prevista para o primeiro trimestre de 2022. Bolsonaro fez alguns vetos ao texto aprovado pelo Congresso, como o que previa a obrigação de o governo aproveitar os funcionários eventualmente demitidos da estatal por um ano, com a justificativa de que isso violaria "o princípio do concurso público" e aumentaria despesas públicas. Em cerimônia no Palácio do Planalto (foto), o presidente afirmou que a privatização da Eletrobras vai devolver capacidade de investimento ao setor elétrico e evitar colapsos do sistema de energia do País. "A nossa capacidade de investimento vem diminuindo e o sistema não pode colapsar, por isso, a privatização". A MP da Eletrobras foi a primeira proposta de privatização aprovada pelo Congresso durante a gestão de Bolsonaro. O governo ainda não conseguiu vender nenhuma estatal de controle direto da União. Pelo contrário, criou uma nova, a NAV, responsável pela navegação aérea.



feita entre empresas do mesmo grupo societário. Essas medidas favorecem grandes empresas e bancos, conglomerados com subsidiárias e holdings familiares.

Os detalhes foram bem

recebidos pelo mercado financeiro e empresas. O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, saiu satisfeito de reunião com Guedes e o secretário da Receita, José Tostes Neto.

Para o relator da proposta, o projeto é "ousado" e a perda de receitas poderá ser compensada com o aumento da arrecadação futura que virá com o crescimento maior da economia. (Estadão Conteúdo)

■ Especificamente para as empresas, a cobrança do Imposto de Renda terá uma queda de R\$ 74,1 bilhões, em 2022, e de R\$ 98,1 bilhões, em 2023, com as mudanças apresentadas ontem pelo relator do projeto de reforma tributária, Celso Sabino (PSDB-PA).

O projeto prevê queda da carga de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) - ou R\$ 172,2 bilhões nos dois anos.

O fim das isenções atingirá indústrias de cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, produtos farmacêuticos, químicos e aeronaves e embarcações, que perderão incentivos fiscais para compensar em parte a redução do Imposto de Renda das empresas.

Do Norte do País, Sabino não retirou incentivos das gigantes de bebidas, como Ambev e Coca-Cola, concedidos na Zona Franca de Manaus.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS ESCAPAM

Se vai cortar incentivos de um lado, o relator retirou do texto a taxa de 15% sobre os rendimentos de fundos de investimentos imobiliários (FIIs). Esses fundos permaneceram isentos depois de uma forte mobilização do setor e pressão sobre Congresso e equipe econômica. (EC)